

## **Relatório da Administração 2019**

### **Introdução**

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e 28 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

### **NOVA LEGISLAÇÃO**

#### *EMPRESA PÚBLICA*

No mês de abril de 2019, a EMTU/SP se tornou uma empresa pública, conforme a Lei 13.303/2016. Antes, a empresa era sociedade de economia mista, com capital fechado, e contava com acionistas privados. A mudança afeta principalmente as áreas fiscal e jurídica da empresa.

#### *DESEMBARQUE SEGURO*

No dia 15/10/2019, foi publicada no Diário Oficial do Estado a lei nº 17.173 que permite o desembarque fora dos pontos de paradas regulares das linhas metropolitanas para mulheres, idosos e pessoas com deficiência entre 22h e 5h. O objetivo do Governo do Estado é dar mais segurança às pessoas com vulnerabilidade.

#### *'PET FRIENDLY'*

Em 24/01/2019, o Governo de São Paulo sancionou a Lei nº 16.930 / 2019 que regulamenta o transporte de animais domésticos de pequeno porte nos trens do Metrô, CPTM, ônibus intermunicipais e VLT da EMTU/SP. Pelas novas regras, os animais devem pesar no máximo 10 quilos e ser acomodados em container próprio para este tipo de transporte, sempre fora dos horários de pico.

## **1. GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO**

### **1.1. POR REGIÃO**

- *Região Metropolitana de São Paulo*

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 546 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota de 4.536 ônibus. Em 2019 foram transportados na RMSP mais de 466,5 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento nessa região possui 8.898 veículos cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No mesmo período, nos dois serviços, Regular e Fretamento, foram realizadas 8,1 mil fiscalizações e 21,9 mil inspeções de frota.

Nessa região está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus – Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi operado pela Concessionária Metra, com 45 km de faixas exclusivas e compartilhadas para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 12,3 km de extensão, sendo 9,6 km de faixa exclusiva em Guarulhos. Esse sistema possui projeto de expansão.

Atualmente cinco concessionárias operam na RMSP:

Região	Concessionária	Objeto	Municípios
Área 1	INTERVIAS	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
Área 2	ANHANGUERA	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapeví, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Área 3	INTERNORTE	Linhas Regulares (Comuns Seletivas e Sist. Aeroporto).	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.
Área 4	UNILESTE	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Sudeste	METRA	Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

A Área 5 é operada por 16 permissionárias e envolve sete municípios da região do ABC

Os estudos para o aprimoramento dos serviços de ônibus intermunicipais das cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) estão avançados e serão divulgados tão logo estiverem concluídos.

- *Região Metropolitana da Baixada Santista*

A RMBS é formada por nove cidades e por elas circulam 72 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota de 501 ônibus e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's) que em 2019 transportaram mais de 67 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.104 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2019, foram realizadas 7,33 mil fiscalizações e 2,9 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2019 esse sistema transportou 8,1 milhões de passageiros.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias-Valongo, (Santos), que iniciará obras em 2020 e Barreiros-Samaritá (São Vicente) que está em fase projeto.

## VLT

Em abril de 2019, o VLT da Baixada Santista teve um acréscimo de dois veículos passando a operar 14 VLTs em intervalos menores que variam de 7 a 8 minutos nos horários de pico. No trecho entre o Terminal Barreiros, em São Vicente, e Porto de Santos foram acrescentadas 10 novas viagens diárias.

## SISTEMA DE RECONHECIMENTO BIOMÉTRICO FACIAL

Começou a funcionar em 04/09/2019 o sistema de reconhecimento biométrico facial no sistema intermunicipal de ônibus da Baixada Santista e VLT para verificação do uso de cartões com gratuidade. A implantação foi gerenciada pela EMTU/SP e visa melhorar os controles e a política de benefícios aos passageiros.

Em outubro a EMTU/SP divulgou o balanço do sistema de reconhecimento biométrico facial nos ônibus intermunicipais e no VLT da Baixada Santista. Após pouco mais de um mês, o equipamento identificou o uso indevido de 398 cartões BRCart, sendo 296 referentes à Meia Tarifa e 102 ao Passe Livre.

## **CAPES DA BAIXADA SANTISTA**

Elaborado projeto básico para implantação do Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES, na Sede Regional da Baixada, no Pátio Porto.

- *Região Metropolitana de Campinas*

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 151 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota 409 ônibus que em 2019 transportaram mais de 35,7 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.626 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2019, foram realizadas 4,8 mil fiscalizações e 11,6 mil inspeções de frota. nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 20,9 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste, área que concentra 70% das viagens na RMC. Esse sistema está em expansão com obras em andamento.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

## **CARTÃO BUS+**

Em junho de 2019, os passageiros das linhas de ônibus intermunicipais da RMC passaram a ter mais facilidade para utilizar o transporte metropolitano com o início da utilização do Cartão BUS+. Ele substituiu os cartões usados pelas antigas permissionárias, unificando a forma de pagamento nas linhas que atendem as 20 cidades da região. O sistema é operado pelo Consórcio BUS+ e os cartões foram criados nas modalidades "Cidadão", "Vale-Transporte" (VT), "Empresarial", "Escolar", "Sênior" e "Especial". Outra vantagem do BUS+ é a segurança, já que os créditos poderão ser recuperados após o cancelamento do cartão.

Para beneficiar os passageiros que têm saldo remanescente e ainda não adquiriram os novos cartões BUS+, a EMTU/SP, em conjunto com a STM e o Consórcio BUS+, prorrogou a validade dos créditos de antigos cartões para até 31 de dezembro de 2019. Após essa data, só serão aceitos os cartões BUS+, que irão unificar o sistema de bilhetagem da frota na região.

## **SEDE REGIONAL**

Foi elaborado projeto funcional com estimativas de custos para a implantação da Sede Regional de Campinas em área do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

- *Região Metropolitana do Vale do Paraíba/Litoral Norte*

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 82 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota 401 ônibus que transportaram em 2019 mais de 19,8 milhões de passageiros.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 2.148 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2019, foram realizadas 3,7 mil fiscalizações e 4,6 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

## TRIVALE

Em 2016 foi concluído o Projeto Funcional do Transporte Rápido Intermunicipal da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – TRIVALE, visando à estruturação do transporte metropolitano na RMVPLN. Desde então ocorreram propostas de alterações de traçado e localização de terminais nos municípios de São José dos Campos e Jacareí por solicitação das novas administrações municipais, diferentes do originalmente acordado. Com isso faz-se necessária a consolidação de novos estudos para o trecho de BRT entre Jacareí e São José dos Campos.

## SEDE REGIONAL

Em 2019 foi elaborada a primeira versão do projeto funcional para a implantação da Sede Regional do Vale do Paraíba.

- *Região Metropolitana de Sorocaba*

A RMS é composta por 27 municípios. Nessa região operam 83 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo que são operadas com uma frota de 197 ônibus. Em 2019 mais de 12,7 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 1.997 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

Em 2019, foram realizadas 1,2 mil fiscalizações e 3,3 mil inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

## PESQUISA ORIGEM E DESTINO NA RMS

Em 2018 a EMTU/SP concluiu a etapa de planejamento da Pesquisa Origem e Destino com levantamentos, caracterização, zoneamento, dimensionamento e preparação para a Pesquisa OD Domiciliar e de Linha de Contorno. Em 2019 foi elaborado o Termo de Referência (TR) para o edital de execução da Pesquisa em Campo que deverá ser assinado em 2020.

## SEDE REGIONAL

Foi elaborado um estudo de viabilidade com estimativas de custos atualizadas para a implantação da Sede Regional de Sorocaba.

Assim a EMTU/SP prevê a implantação de sede própria na cidade de Sorocaba mediante Termo de Cessão de Uso de Área pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER, datado de 23 de outubro de 2018. O terreno possui área de 2.563,72 m<sup>2</sup> e o projeto construtivo prevê a instalação da sede administrativa, área de inspeção veicular e estacionamento de veículos apreendidos pela fiscalização.

### 1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR

- *Passageiros transportados*

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	466
RMBS	67
RMC	36
RMVPLN	20
RMS	13
<b>Total Geral</b>	<b>602</b>

- **Características da frota – Sistema Regular**

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	6,61	3.951	4.536
RMBS (*)	4,12	497	523
RMBS (**)	3,73	22	22
RMC	5,11	362	409
RMVPLN	5,53	171	401
RMS	8,81	116	197
<b>TOTAL</b>	<b>6,29</b>	<b>5.097</b>	<b>6.066</b>

RMBS (\*) – ônibus

RMBS (\*\*) - VLT

## RENOVAÇÃO DA FROTA

Em 2019, os consórcios e as permissionárias adquiriram 827 novos ônibus para atender a população. Destes, 546 (66%) são dotados de ar condicionado, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus.

### 1.3. OUTROS SERVIÇOS

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

**RTO (Reserva Técnica Operacional)** - serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 209 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

**Ponte ORCA Zoo** - (Operador Regional de Coletivo Autônomo) - transporte especial operado por micro-ônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na plataforma A.

A operação é feita por três micro-ônibus com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

No ano de 2019, foram realizadas 27.756 viagens, transportando 226.095 pessoas.

**Fretamento Metropolitano** – é uma modalidade de transporte realizada por empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico, itinerário pré-definido e pagamento periódico por parte do contratante. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 198 mil veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

**Airport Bus Service** – ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta. As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema wi-fi, tomadas de energia, mesa para laptops, ar condicionado e toalete.

**Serviço Corujão** – três linhas metropolitanas operam 24 horas às sextas-feiras e aos sábados para atender aos passageiros que frequentam as casas noturnas da região Oeste da capital paulista.

#### 1.4. INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca 6 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 532 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 210 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 19,8 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e *tablets* que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos

Nas inspeções realizadas nas garagens das empresas operadoras, são verificados mais de 400 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos.

- **Quantidade de Inspeções de frota em 2019**

Região Metropolitana	Inspeções de frota Sistemas Regular e Fretamento
RMSP	21.890
RMBS	2733
RMC	11573
RMVPLN	4604
RMS	3282
<b>TOTAL</b>	<b>44.082</b>

#### 1.5. CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2019, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 652 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 613 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 256 atualizações, 347 correções e 10 criações de linhas. Foram registradas ainda 274.573 ocorrências operacionais, atendidas 27 operações no PAESE – Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência e 282 autuações às empresas permissionárias e concessionárias.

#### 1.6. AÇÕES DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL

- Criação de 25 linhas e serviços complementares nas regiões
- Realizadas 1.912 intervenções para ajustes de tabelas horárias, frotas, itinerários, terminais, integrações, transformações, criações, inclusões, etc.
- Elaborados 319 estudos técnicos e 497 informações técnicas para a Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), Gabinete da Presidência (GAB) e arquivo técnico.

#### OPERAÇÃO EMERGENCIAL

No dia 5/12/2019 começou a operação emergencial elaborada pela Gerência de Logística Integrada para atender os passageiros de São Vicente que foram afetados com a interdição da Ponte dos Barreiros pela justiça. Ao todo, 21 linhas fizeram parte da operação com a criação de nove serviços, além da ampliação do tempo de integração com o VLT de 60 para 120 minutos.



## OPERAÇÃO ESPECIAL - PARANAPIACABA

A EMTU/SP criou uma operação especial para atender aos passageiros do ABC que foram à 19ª edição do Festival de Inverno de Paranapiacaba nos dias 20, 21, 27 e 28 de julho de 2019. Foram adicionadas 342 viagens e 15 ônibus nas linhas 040TRO e 424TRO para beneficiar mais de 5 mil pessoas por dia de evento.

## OPERAÇÃO ESPECIAL - GUARAREMA CIDADE NATAL

A EMTU/SP criou uma operação especial para atender aos passageiros do Alto Tietê que foram à 10ª edição do Guararema Cidade Natal nos dias 07, 08, 14, 15, 21, 22, 25, 28 e 29 de dezembro de 2019. Foram adicionadas 100 viagens na linha 208TRO para beneficiar mais de 4 mil pessoas que participaram do evento.

### 1.7. MONITORAMENTO DA QUALIDADE

O **Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente – IQC**, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte – IQT e vem sendo aplicado desde 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU/SP, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços. A amostra é representativa para o total de passageiros, com erro amostral máximo de 3 pontos percentuais e confiabilidade de 95%. Para a composição do IQC de 2019 foram aplicadas 15.059 entrevistas com os usuários das Regiões Metropolitanas.

ANO	2016	2017	2018	2019
IQC	5,19	5,26	6,95	6,94

A partir de 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano como sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

## 2. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

### 2.1. PASSAGEIRO ESPECIAL

- **SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO**

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), em 2019 o Ligado realizou mais de 1.800.000 atendimentos, transportando diariamente 6.374 passageiros (1.531 na RMC e 4.843 na RMSP), entre estudantes e acompanhantes. Todos os veículos, totalmente adaptados para pessoas com deficiência, são monitorados via satélite, sendo 95 na RMC e 437 na RMSP. Os alunos transportados estudam em 1.057 unidades escolares, 209 na RMC e 848 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEE. Foi implementado no Sistema de Gestão (e-SEC), que controla o cadastro e operacionalização da demanda e da frota do serviço, o novo procedimento de gerenciamento do uso do APP - Operador de forma a garantir o acompanhamento detalhado da

operação, bem como do sistema, para correção e atualização da plataforma do e-SEC. Desta forma, no período de Agosto até Dezembro de 2019, foi apurado um índice de aproveitamento do correto uso do APP de 87,8% na RMC e de 92,6% na RMSP, aplicativo utilizado pela tripulação dos veículos, por meio de equipamentos móveis (*Smartphone's* ou *Tablet's*), que controlam o embarque e desembarque dos usuários.

### APP LIGADO OPERADOR

O projeto do App Ligado Operador, desenvolvido pela Gerência de Tecnologia de Informação e gestores do Serviço Ligado, foi um dos dez finalistas do Prêmio Melhores Práticas de Mobilidade 2019, organizado pela Divisão América Latina da União Internacional de Transporte Público – UITP. O aplicativo facilita a operação e o monitoramento do serviço que transporta estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida.

### APP DOS PAIS

Esta sendo formatado um novo aplicativo que irá facilitar o dia-a-dia dos pais, com o aumento da segurança, permitindo o acompanhamento online do transporte para confirmar o embarque e/ou desembarque na escola, melhoria da comunicação com o envio de mensagens e avisos de falta e também a apuração da qualidade do serviço prestado por meio de pesquisa avaliativa no app.

### SEC/LIGADO – CPTM

Celebrado convênio junto a CPTM para implementar o transporte gratuito de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida severa de estação não acessível para estação com acessibilidade a partir de veículo adaptado e dotado de acessibilidade. Em 2019 foram contempladas 12 estações da CPTM com este serviço.

- **Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES**

Em 2019 foram emitidas mais de 77 mil Carteiras de Identificação do Passageiro Especial para garantir a isenção do pagamento da tarifa às pessoas com deficiência nas linhas de ônibus das cinco Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo. A carteira é entregue nas duas unidades do CAPES em São Paulo e em Campinas, ou por meio do CAPES Móvel nas demais Regiões Metropolitanas. O processo de emissão da carteira é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde – UBS - cadastradas na EMTU/SP nas cidades das cinco Regiões Metropolitanas do Estado.

O “Treinamento continuado” é aplicado aos profissionais de todas as UBSs cadastradas, por meio de palestras e treinamentos. O objetivo é facilitar o acesso aos sistemas de emissão de laudos e esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde, responsáveis pelo atendimento ao passageiro especial interessado em obter o benefício da gratuidade.

Região Metropolitana	Carteiras emitidas
RMSP	60.691
RMBS	8.566
RMC	4.247
RMVPLN	2.845
RMS	1.424
<b>Total</b>	<b>77.773</b>

Em 2019, foi implantado o sistema **e-CIPES** na RMSP fechando a implantação em todas as regiões metropolitanas, com isso, todo o sistema ficou integrado em uma única base de dados com plataforma web, facilitando o acesso por meio da internet.



No que tange ao treinamento integrado houve neste ano uma palestra nas dependências do CAPEs SP para os funcionários das 5 Regiões Metropolitanas, onde participaram representantes do Programa LIGADO e da Ouvidoria - APO. O objetivo da palestra foi de melhoria na qualidade do atendimento prestado ao cidadão.

Foram realizados estudos para a implantação de um CAPEs de atendimento presencial na RMBS e já há projeto desenvolvido pela Gerência de Obras e Projetos – GOP para aprovação da diretoria.

## 2.2. PASSAGEIRO ESCOLAR

O benefício do Passe Escolar é oferecido a estudantes e professores de escolas localizadas nas Regiões Metropolitanas com isenção ou desconto no pagamento da tarifa da linha metropolitana nos trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

Em 2019, 8.423 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 5.741 (68%) instituições estavam localizadas na RMSP, 672 na RMBS, 663 na RMC, 822 na RMVPLN e 525 na RMS.

- **Benefícios do Passe Escolar**

**Meia Tarifa** – desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam os requisitos para obtenção do benefício

**Passe Livre** – consiste na isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes bolsistas do programa PROUNI – Programa Universidade para Todos; estudantes financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil – FIES; estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade – Programa Escola Família; estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais; estudantes “Baixa Renda”, que são aqueles que comprovem renda familiar “per capita” inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, além de estudantes dos ensinos fundamentais e médio, apenas de escolas públicas. Professores não têm direito a este benefício. Em 2019, nas 04 (quatro) regiões metropolitanas<sup>1</sup>, os estudantes beneficiados com o Passe Livre realizaram 15,8 milhões de viagens. O acumulado no período 2015-2019 foi de 77,2 milhões de viagens com 100% de desconto na tarifa.

<sup>1</sup> São consideradas apenas 4 RM's pois a RMBS possui uma política de ressarcimento de gratuidades específica, conforme Contrato de Concessão Patrocinada STM 02/2015.

- **Benefícios Concedidos**

O número de benefícios concedidos pela EMTU/SP em 2019 nas 05 (cinco) regiões metropolitanas foi de 154.770, dos quais 85.381 (55,17) com isenção total (Passe Livre) no pagamento da tarifa (exclusivamente a estudantes) e 69.389 com desconto de 50% no valor da passagem do ônibus (estudantes e professores). No mesmo ano, houve 200.293 solicitações de Passe Escolar, dos quais 77,3% foram atendidas pela EMTU/SP, em razão de as demais não comprovarem os requisitos mínimos para obtenção do benefício.

Região	Passe Livre	Meia Tarifa	Total
RMSP	61.069	53.723	114.792
RMBS	10.571	6.270	16.841
RMC	4.204	3.512	7.716
RMVPLN	4.723	3.850	8.573
RMS	4.814	2.034	6.848
<b>TOTAL</b>	<b>85.381</b>	<b>69.389</b>	<b>154.770</b>

### 2.3. PASSAGEIRO IDOSO

A gratuidade nas linhas da EMTU/SP, conforme Lei Estadual nº 15.187/2013, foi estendida aos cidadãos com idade entre 60 a 64 anos. O idoso realiza embarque pela porta dianteira do ônibus e, ao aproximar o cartão do validador, passa pela catraca e desembarca pela porta traseira do veículo, o que permite ao passageiro mais opções de lugares no ônibus.

Para solicitar o benefício é necessário comparecer em um dos 85 postos de cadastramento das empresas operadoras de transporte metropolitano. São 7 locais na RMSP, 13 na RMBS, 24 na RMC, 30 na RMVPLN e 11 na RMS. O critério para obtenção do benefício é apenas a idade (entre 60 e 64 anos), independentemente do valor da renda pessoal/familiar, se está ou não aposentado, se está ou não ativo profissionalmente ou mesmo da localização da residência, se está ou não na região metropolitana (há muitos beneficiários residentes em outros Estados brasileiros).

Desde 2015, quando o benefício foi regulamentado, o número de beneficiários cresce a cada ano. Até 2019, nas 04 (quatro) regiões metropolitanas<sup>2</sup> estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, 517.424 idosos com idade entre 60 e 64 anos. Os idosos com 65 anos de idade ou mais também, que já possuem o direito previsto na Constituição Brasileira, podem solicitar o cartão de transporte Sênior, mas não são obrigados a utilizá-los nos ônibus, bastando apresentar um documento de identificação com foto (RG ou CNH).

Em 2019 foram 38,6 milhões de viagens realizadas gratuitamente pelos idosos com idade entre 60 e 64 anos (Sênior Paulista) nas mesmas 04 (quatro) regiões metropolitanas. No período 2015-2019, o Governo do Estado de São Paulo isentou 147,8 milhões de viagens realizadas pelos idosos.

- **Idosos com idade entre 60 e 64 anos com cadastro ativo na EMTU/SP**

Região	2015	2016	2017	2018	2019	Total
RMSP	26.916	42.798	63.401	90.898	113.709	337.722
RMC	10.765	6.838	6.856	8.343	21.333	54.135
RMVPLN	27.197	16.671	15.017	13.292	13.335	85.512
RMS	4.040	6.392	5.979	11.008	12.636	40.055
<b>Total</b>	<b>68.918</b>	<b>72.699</b>	<b>91.253</b>	<b>123.541</b>	<b>161.013</b>	<b>517.424</b>

<sup>2</sup> São consideradas apenas 4 RM's pois a RMBS possui uma política de ressarcimento de gratuidades específica, conforme Contrato de Concessão Patrocinada STM 02/2015.

### 2.4. RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

- **Campanhas**

Em 2019, a EMTU/SP intensificou as parcerias com as instituições públicas de saúde para a imunização dos passageiros dos terminais metropolitanos contra sarampo e febre amarela. Ao todo foram vacinadas mais de 2.600 pessoas. Além das ações ligadas à saúde da população, também foram realizados eventos relacionados ao Combate à Violência Contra a Mulher, Educação no Trânsito, Exposição Itinerante de Doação de Órgãos, entre outros. Ao todo foram mais de 150 ações em 2019.

- **Atendimento aos clientes e comunidades**

Em 2019, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc.), realizaram 144.048 atendimentos e deste total 86,8% relacionados a solicitações de informações.

As principais solicitações continuam sendo sobre Passe Escolar, Itinerários e Serviços das Linhas Intermunicipais. Reclamações e/ou denúncias representaram 11,91% dos atendimentos, enquanto 1,29% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios. Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso - disponível nos nove terminais metropolitanos do Corredor ABD e no Terminal Metropolitano de Cotia, por carta, fax, pessoalmente – na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número 0800 724 0555.

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe Escolar	52.851	36,69
	Serviços das linhas intermunicipais	20.824	14,46
	Itinerário	12.893	8,95
	Horário	9.161	6,36
	Outras*	29.308	20,35
<b>Subtotal – Informações</b>		<b>127.859</b>	<b>86,80</b>
Demandas	Sugestões e Elogios	1.856	1,29
	Reclamações e/ou denúncias	17.155	11,91
<b>Subtotal - Demandas</b>		<b>19.011</b>	<b>13,20</b>
<b>TOTAL</b>		<b>144.048</b>	<b>100</b>

Outras (\*) (Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, telefone, passe idoso e vale transporte).

- **EMTU na Comunidade**

EMTU na Comunidade é um Programa de Comunicação Social voltado à comunidade da área de influência de suas obras e sociedade civil dos municípios envolvidos. Envolve um conjunto de ações de comunicação e relações públicas realizadas pelos consórcios de obras, direcionadas à população para esclarecimentos e orientação sobre a implantação dos empreendimentos da empresa. O Programa atende às exigências das Licenças Ambientais de Instalação (LI's) emitidas pela CETESB e tem por objetivo garantir transparência ao processo de comunicação, interagindo com lideranças comunitárias, políticas, municipalidades, comunidades, mídias e associações.

As Contratadas emitem mensalmente o Relatório de Comunicação Social e de Relacionamento com a Comunidade o que é acompanhado e analisado pela Gerência de Marketing Institucional (GMI) e pela Assessoria de Meio Ambiente (AMA) e emite ainda um Relatório Semestral que é encaminhado à CETESB em cumprimento à exigência da LI.

Em 2019, os empreendimentos que tiveram implantação do Programa em 2019 foram:

- Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares – Trecho Hortolândia. O Programa de Comunicação Social é executado pelo Consórcio Construtor.
- Corredor Metropolitano Itapevi – SP – trecho Carapicuíba – km21 e para o Terminal Vila Yara. O Programa de Comunicação Social é executado pelo Consórcio Construtor e pela Construtora, respectivamente.
- VLT – Trecho Barreiros/Porto – O Programa de Comunicação Social é executado pela Concessionária BR Mobilidade dentro do Programa de Gestão Ambiental da fase de Operação e encaminhado anualmente para CETESB.

- **Redes Sociais, Internet e Imprensa.**

**Redes Sociais** - Até dezembro de 2019 o *Twitter* da EMTU/SP contava com 54,8 mil seguidores; o *Facebook*, 32,6 mil, o *Youtube* mais de 1,88 mil internautas inscritos e no *Instagram* 3,5 mil seguidores.

**Internet** - Em 2019 o site [www.emtu.sp.gov.br](http://www.emtu.sp.gov.br) contava com mais de 4,5 milhões de usuários e cerca de 133,8 milhões de visualizações. Aplicativo – já foram realizados mais de 1,2 milhão de downloads do aplicativo para celulares e *tablets* para consulta de linhas de ônibus, programação da viagem, tempo de percurso, sendo mais de 414 mil apenas neste ano de 2019.

**Imprensa** - A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas também facilitou a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral.

- **Comunicação com Usuários**

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou folhetos, banners, totens, livretos, cartazes e informativos em todas as regiões metropolitanas.

- **Eventos Técnicos**

Em 2019 a EMTU/SP participou de diversos eventos técnicos, entre eles a 21ª NT Expo - Negócio nos Trilhos, em março, considerado o principal encontro de empresas do segmento de transporte da América do Sul. No encontro foram discutidos os estudos de aprimoramento dos serviços intermunicipais na RMSP. Na 25ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, em São Paulo, realizada em setembro, teve o mesmo objetivo de debater o desenvolvimento do setor no âmbito nacional e internacional. A EMTU/SP organizou uma visita dos participantes interessados em conhecer o VLT da Baixada Santista.

O Centro de Gestão e Supervisão da EMTU/SP, que monitora a operação das linhas das cinco regiões, também despertou interesse de técnicos do Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro – DETRO/RJ e do grupo de estudo “Cidades Inteligentes do Centro de Estudos e Debates Estratégicos”, da Câmara dos Deputados. Recebemos também a visita da ARSAL - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas e da AGERBA-Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia. Em maio recebemos a Comitativa dos Vereadores de Goiânia. Em janeiro recebemos o Professor e Pesquisador da Unicamp José Marcos Pinto da Cunha acompanhado de seus alunos para uma visita ao CGS onde puderam conhecer as características do transporte metropolitano de passageiros no intuito de captar informações que possam contribuir nas pesquisas sobre mobilidade urbana e expansão demográfica nas Regiões Metropolitanas.

## 2.5. MEIO AMBIENTE

- **Acompanhamento da Gestão Ambiental do Sistema de Transporte Público Metropolitano**

A EMTU/SP acompanha a gestão ambiental do sistema de transporte público sob sua responsabilidade, analisando dados operacionais e de consumo emitidos pelas empresas operadoras do transporte, possibilitando a identificação de ações que venham a colaborar com a melhoria das condições ambientais. Fará isso por meio de relatórios com identificação dos resultados obtidos pelas empresas e de boas práticas a serem adotadas para melhoria das condições ambientais no âmbito do Programa Internacional **STAQ** - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar para verificar o desempenho ambiental das unidades, ação que indicará práticas que poderão ser adotadas pelas empresas para melhorar seus índices ambientais.

O STAQ foi desenvolvido por meio de convênio de cooperação técnica entre a EMTU/SP e a Associação Nacional de Transportes Públicos - ANTP, entidade que recebeu doação financeira do Banco Mundial para o desenvolvimento de estudos e metodologias para implantação de gerenciamento ambiental e inserção de tecnologias limpas no transporte metropolitano.

No momento, aguarda definição do instrumento legal, se por inclusão da obrigação nos contratos de concessão ou se por Resolução da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, de exigência de envio das informações pertinentes pelas empresas operadoras para a EMTU/SP.

- ***Certificação Ambiental***

A EMTU/SP, em conjunto com a Fundação Carlos Alberto Vanzolini – FCAV, está desenvolvendo um novo referencial técnico com especificação de critérios de desempenho a serem cumpridos, a fim de obter a certificação ambiental e energética Alta Qualidade Ambiental - AQUA-HQE para a infraestrutura de transporte público sob gestão da empresa.

Por meio do convênio de cooperação técnica firmado com a FCAV, em 2019 foi elaborado o conjunto básico de critérios e indicadores de qualidade ambiental a serem aplicados nos empreendimentos da EMTU/SP e se encontra em processo de análise de viabilidade técnica pelas áreas de projetos e obras. Trata-se de uma ação inédita no setor com foco na promoção da sustentabilidade do sistema.

- ***Programa ConscientizAR***

O Programa ConscientizAR visa diminuir a emissão de poluentes dos ônibus metropolitanos com a conscientização das empresas operadoras sobre a necessidade de manter os motores regulados. A emissão da fumaça preta é medida pelo opacímetro e em caso de reprovação do veículo, a operadora é notificada e na reincidência multada.

Região Metropolitana	Inspeções	Aprovação %
RMSP	7.012	50,5%
RMBS	1.115	69,9%
RMC	2.309	37,7%
RMVPLN	823	32,3%
RMS	573	26,1%
<b>Total</b>	<b>11.832</b>	<b>47,4%</b>

- ***Eficiência energética - Placas de Captação de Energia Solar***

Foram mantidas as placas de captação de energia solar instaladas em 20 Estações de Embarque e Desembarque do Corredor Metropolitano Biléo Soares, na Região Metropolitana de Campinas - RMC, nos municípios de Americana e Santa Bárbara D'Oeste. As placas são conectadas com a rede da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, gerando ao Estado um crédito em energia que pode ser utilizado nas próprias paradas e também em outros equipamentos metropolitanos.

## **2.6. AÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- ***Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI)***

A Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – ACI, em continuidade à suas atividades em 2019, concluiu o processo de elaboração da matriz de riscos da EMTU/SP. Todas as 61 áreas empresa foram consultadas e orientadas sobre o objetivo e a metodologia da construção dos riscos pertinentes. Em resultado, foram apresentados mais de 400 riscos que, após ampla análise pela ACI, resultou numa matriz de 10 principais riscos, cuja avaliação, acompanhamento e eventuais ajustes serão realizados em 2020.

Destacam-se também outras atividades como a Verificação da Aderência da Estrutura Organizacional aos atos normativos e demais regulamentos aplicáveis; Acompanhamento dos Processos de Licitações e Contratos; Treinamento via EAD do Código de Conduta e Integridade e do Programa de Integridade ministrado a todos os Empregados, Administradores e Conselheiros;

Avaliação do Plano de Negócios de 2018 e participação na elaboração e acompanhamento na implantação do Regimento Interno do Comitê de Ética, entre outras.

- **Parceria e Inovação**

A EMTU/SP, por meio da Assessoria de Parcerias e Inovação (API) participou em fevereiro de 2019 da oficina sobre o uso de dados e evidências para o planejamento e gestão da mobilidade urbana realizada no Rio de Janeiro. O convite foi feito pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP Brasil, um dos principais articuladores e incentivadores para o transporte ambientalmente sustentável e equitativo em todo o mundo.

Em novembro de 2019 a EMTU/SP foi uma das vencedoras do 23º Concurso Inovação no Setor Público. A empresa competiu na categoria “Inovação em processos organizacionais, serviços ou políticas públicas no Poder Executivo Estadual/Distrital” e foi a única representante do Governo do Estado de São Paulo entre os 241 inscritos no Brasil. O concurso foi organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

- **Recursos Humanos**

**Educação no Trabalho** - em dezembro de 2019 constavam no quadro da empresa 92 estagiários de nível superior, contratados por intermédio do agente de integração CIEE – Centro de Integração Empresa Escola.

**Aprendiz** – em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio do CAMP-SBC e do ESPRO, em dezembro de 2019, a empresa contou com 17 Aprendizes.

**Treinamento** – Até o mês de dezembro de 2019, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 2.818 horas de treinamento, apresentando a média de 23,47 horas/homem. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 57.813,00, representando uma média per capita de R\$ 108,26. Os treinamentos tiveram enfoques de capacitação e atualização profissional, destacando-se o significativo número de colaboradores treinados nos assuntos relacionados à “Prevenção de Combate ao Princípio de Incêndio, Abandono de Área e Primeiros Socorros”, além dos cursos relacionados à “Governança Corporativa” e “Licitações em Conformidade com a Lei 13.303”, entre outros.

### 3. CORREDORES METROPOLITANOS E VLT

#### 3.1. CORREDOR METROPOLITANO ABD (São Mateus–Jabaquara) – (33 km) e Extensão Diadema - São Paulo (Morumbi) – (12 km)

Liga São Mateus, zona Leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona Sul, atravessando quatro municípios do grande ABC: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. Conta com 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus, nove terminais de integração, além da extensão compartilhada de 12 km que a partir do Terminal Diadema segue para a região da Av. Berrini em São Paulo.

#### **REVITALIZAÇÃO NO CORREDOR ABD**

Uma parceria entre a EMTU/SP e a Concessionária Metra está promovendo a revitalização na extensão Diadema – São Paulo do Corredor ABD. De janeiro a abril de 2019, foram executados diversos serviços de melhorias de infraestrutura do corredor como a recuperação de pavimento e dos abrigos, operação tapa-buraco, entre outros. Estão envolvidos nos trabalhos os funcionários das Gerências Regionais de São Paulo e de Logística Integrada, da Metra e das subprefeituras da Cidade Ademar e Santo Amaro.



### **3.2. CORREDOR GUARULHOS - SÃO PAULO (TUCURUVI) – (12,3 Km)**

O Corredor Guarulhos–São Paulo (Tucuruvi) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na região nordeste da RMSP. Atualmente está em operação o trecho de 12,3 km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, dos quais 9,6 km são de faixa exclusiva para ônibus.

- ***Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô – (4,5 Km)***

O Projeto Executivo contempla 4,5 km e prevê uma revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP – Licença Ambiental Prévia e LI – Licença Ambiental de Instalação.

### **3.3. CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI – SÃO PAULO – (22,7 Km)**

O traçado do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo, de 22,7 km, começa junto à Estação de Transferência Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba terminando na divisa entre Osasco e São Paulo. Futuramente haverá integração com os ônibus municipais de São Paulo no Terminal Amador Bueno (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

- ***Trecho Itapevi – Jandira (5 km)***

Foram entregues em 2018, 5 km de viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, propiciando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira. São elas: Benedito de Abreu, Conjunto Habitacional Cardoso, Ameríndia, Antônio Cardoso Fonseca, Rosa Maria, Mariana e Prestes Maia.

- ***Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba (8,8 km)***

As obras em andamento nesse trecho compreendem a construção do Terminal Metropolitano de Carapicuíba e a conclusão de 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vítório Fornazaro, Santa Terezinha e Presidente Vargas estão em execução. A implantação da Estação de Transferência de Barueri iniciará em 2020, com a previsão de que o todo trecho seja concluído no mesmo ano.

- ***Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco Km 21 (2,2 km)***

O Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes dessa ligação foram contratadas em julho de 2018 e aguardam a Licença Ambiental de Instalação da CETESB, para ser dada ordem de início em relação à liberação de área ocupada às margens da ferrovia da linha 8 da CPTM. O contrato contempla a construção do viaduto Carapicuíba, alças de acesso à Parada Brasil e a conclusão da Parada Fórum. As obras do Viaduto serão iniciadas somente após a desocupação da área pela Prefeitura de Carapicuíba que deverá deixar o local do empreendimento livre e desimpedido. A previsão de entrega é 2021.

- ***Trecho km 21 Osasco – Terminal Vila Yara - Osasco - (6,7 km)***

O contrato das obras desse trecho contempla a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara), a execução de 6,7 km de viário e 10 estações de embarque e desembarque. As obras de Reforma e Ampliação do Terminal Vila Yara, em Osasco foram iniciadas em março de 2018 e serão concluídas no primeiro semestre de 2020.

O trecho de viário na Avenida dos Autonomistas prevê 10 estações de embarque e desembarque já conta com os projetos Básico e Executivo e Licença Ambiental Prévia, faltando apenas a desapropriação da área.

### 3.4. SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.

- **Trecho São Vicente (Barreiros) – Porto (Santos) – (11,5 km)**

Atualmente encontra-se em operação o trecho do VLT da Baixada Santista entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, incluindo 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente. O trecho conta com um pátio de estacionamento e manobras, localizado no Terminal Barreiros para apoio à circulação dos VLTs no sentido Barreiros-Porto, um bicicletário com capacidade para 100 unidades e um edifício de apoio de 164 m<sup>2</sup> de área, que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores.

Localizado na região do Porto, o pátio de manutenção e estacionamento tem capacidade para 33 VLTs. Conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e outros itens. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações – CCO do VLT, instalado em um prédio de 3.050 m<sup>2</sup>. Possui 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das estações e vias.

- **Trecho Conselheiro Nébias – Valongo – (Santos) – (8 Km)**

Terá 8 km de extensão e 14 estações de embarque. Em dezembro de 2018 foi republicado o edital de contratação das obras do trecho Conselheiro Nébias – Valongo, em Santos. A sessão pública de entrega das propostas foi realizada em 28/02/2019. A estimativa é de que com a construção desse trecho o SIM/VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já estão contratados para essa ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

O Governo de SP publicou em 05/11/19 a habilitação de três empresas para a fase final da licitação de obras da segunda fase do VLT da Baixada Santista. Após análise da documentação jurídica, financeira e técnica foram classificadas as licitantes Construtora Queiroz Galvão S.A., Consórcio TTE (VLT) (Trail / Terracom / Engefel) e Consórcio Conselheiro Nébias / Valongo (Constr. Norberto Odebrecht / OEC / Odebrecht Eng.).

O processo de distribuição das ações de desapropriação do trecho Conselheiro Nébias - Valongo está em fase final. O valor estimado para as desapropriações desse trecho é de aproximadamente R\$ 19,3 milhões.

A emissão da LI – Licença Ambiental de Instalação está prevista para janeiro de 2020, e a previsão é que as obras tenham início no primeiro semestre de 2020.

- **Trecho Barreiros – Samaritá (São Vicente) – (7,5 Km)**

Com uma extensão de 7,5 km, esse trecho possui projeto básico concluído. Estão em andamento os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, contratados pela EMTU/SP, com objetivo de fornecer subsídios para o detalhamento do projeto executivo da ponte. A conclusão dessa avaliação está prevista para o primeiro semestre de 2020.

### **3.5. CORREDOR METROPOLITANO VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) – (31,7 Km)**

O corredor da RMC possui 31,7 km extensão, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total 20,9 km são de faixas exclusivas para ônibus. Em Campinas, o Corredor conta com 3,8 km de faixas exclusivas, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, uma Estação de Transferência e mais duas paradas com elevador, além das Paradas Alberto Sarmiento e Balão do Tavares. Em Hortolândia há 3,5 km de faixas exclusivas, o Terminal Hortolândia, além da Estação de Transferência Pinheiros. Em Sumaré a população conta com a Estação de Transferência km 101 – Maria Antônia, próxima à Rodovia Anhanguera, fora do eixo do corredor, porém importante para a organização das linhas da região. Em Nova Odessa há 5,7 km de faixas exclusivas, uma estação Rodoviária (Dona Catharina Fernandez Welsh) e a Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixas exclusivas além do Terminal Metropolitano de Americana e a Estação de Transferência Abdo Najar. Em Santa Bárbara D'Oeste, a população conta com o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, 6,2 km de faixas exclusivas e duas Estações de Transferência, a Amizade e a São Paulo.

- ***Trecho Nova Odessa–Americana-Sta. Bárbara D'Oeste (24,3 km)***

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e “obras de arte” (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em março de 2018 foram entregues 5 km de faixas exclusivas para ônibus entre Americana e Santa Bárbara D'Oeste e as Estações de Transferência Amizade e São Paulo em Santa Bárbara D'Oeste. Em dezembro de 2018 o trecho foi concluído com a construção de 2,9 km de viário (totalizando 7,9 km de corredor exclusivo entregue em 2018), envolvendo o prolongamento da Av. São Paulo, Av. Laura Santos, em Santa Bárbara D'Oeste com ciclovia, serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária. Ocorreram adequação do sistema viário nas Avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

Está em análise na CETESB a solicitação da LO – Licença Ambiental de Operação para o empreendimento, ainda não emitida pelo órgão.

- ***Trecho Hortolândia – Sumaré – Campinas (5,4 km)***

Esse trecho do corredor da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia) está com obras em andamento em parte de sua extensão. Nesse trecho já operam a Estação de Transferência Pinheiros e as Paradas Parque Hortolândia, Remanso Campineiro, Parque Gabriel e Emancipação, todas em Hortolândia, e a Estação Maria Antonia (km 110 da Rodovia Anhanguera), em Sumaré.

As obras remanescentes foram iniciadas em março de 2018 com término previsto para 2020. Dentro desse contrato serão entregues duas alças de acesso à SP-101, sobre a ferrovia, as estações de embarque e desembarque Peron, Rosolém, Conjunto Habitacional, Panaino, Novo Ângulo, Nova América e Ataliba Nogueira, em Hortolândia, e a Parada II da Av. Lix da Cunha, em Campinas.

## **4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

No encerramento do exercício de 2019, a realização da gestão financeira demonstra que a EMTU/SP manteve a sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenção do Governo do Estado.

A gestão econômica registrou prejuízo contábil no montante de R\$ 56,039 milhões (prejuízo de R\$ 23,642 milhões em 2018). Este fato se deve a transferência do Imobilizado em Andamento para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação e amortização.

A apuração do resultado está devidamente detalhada nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do exercício de 2019.

#### 4.1. REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019

- **Receitas Próprias / Despesas de Custeio**

A execução orçamentária do exercício de 2019, em se tratando de Receitas Próprias e Despesas de Custeio, ocorreu satisfatoriamente dentro dos parâmetros estabelecidos no Orçamento Empresarial para o período. As Receitas Próprias alcançaram um nível de realização da ordem de 96,3% em relação ao projetado para o período, e as Despesas de Custeio 95,6%.

- **Investimentos – Realizado 2019.**

Os Investimentos orçados para 2019 contaram com uma dotação inicial de recursos de R\$ 372,36 milhões aprovada pela LOA nº 16.923, de 07/01/2019, tendo sido disponibilizado, durante o exercício de 2019, R\$ 53,6 milhões, totalmente utilizados, representando um total de 100,0% de realização do recebido pela Companhia (Fonte 1 – GESP, Fonte 6 – DREM e Fonte 7 – CEF) referentes ao aprovado em Lei. Do referido montante disponibilizado, foram realizados os seguintes valores: R\$ 12,6 milhões com recursos da Fonte 1 – Tesouro do Estado; R\$ 27,7 milhões da Fonte 006 – DREM (Desvinculação de Receitas Estados e Municípios), e R\$ 13,3 milhões de recursos originários da Fonte 7 - Operações de Créditos, totalizando R\$ 53,6 milhões. Foram investidos, ainda, R\$ 45,6 milhões referentes à Restos a Pagar de exercícios anteriores, sendo R\$ 39,6 milhões referentes à F. 1 – Tesouro do Estado, e R\$ 6,0 milhões referentes à F. 6 – DREM.

Para mais informações referentes aos recursos disponibilizados pelo Estado (Fonte1) e em quais Ações Orçamentárias tais recursos foram alocados, consulte o Plano de Negócios EMTU – 2019 acessando o site da EMTU/SP: [www.emtu.sp.gov.br](http://www.emtu.sp.gov.br), aba Institucional, item Governança Corporativa.

- **Investimentos – Previsto 2020.**

Para o exercício de 2020, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 221,2 milhões, aprovada pela LOA nº 17.244, de 10/01/2020. Após o abatimento do valor de R\$ 137,7 milhões referente ao contingenciamento estabelecido para os recursos oriundos da Fonte 001 - Tesouro do Estado e Fonte 006 – DREM, resulta um novo valor de dotação disponível de R\$ 83,5 milhões. Esse montante, somado aos valores de saldo inicial de recursos – R\$ 13,0 milhões e R\$ 216,7 milhões, relativos aos Restos a Pagar/2019, perfaz o valor de R\$ 313,2 milhões, que serão destinados a dar continuidade ao Programa de Investimentos 3706- Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, do Governo do Estado de São Paulo, a ser desenvolvido pela EMTU/SP nas Regiões Metropolitanas.



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Expresso em R\$ mil)

**ATIVO**

		31.12.2019	31.12.2018 (reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Bancos	4	2.858	3.128
Aplicações Financeiras	4	57.380	63.004
Contas a Receber	5	49.402	45.779
Créditos Fiscais a Recuperar		565	241
Estoques		301	491
Créditos Diversos		466	754
Despesas Pagas Antecipadamente		645	226
Total do Circulante		111.617	113.623
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Depósitos Judiciais	6	2.579	6.030
Ônibus Célula a Hidrogênio	5	3.100	3.100
Total do Realizável a Longo Prazo		5.679	9.130
<b>PERMANENTE</b>			
Imobilizado	7	1.252.708	2.152.055
Intangível	8	811.615	76.436
Total do Permanente			
Total do não Circulante		2.070.002	2.237.621
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.181.619</b>	<b>2.351.244</b>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Expresso em R\$ mil)

**PASSIVO**

		31.12.2019	31.12.2018 (reclassificado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	39.508	32.798
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	6.778	6.546
Provisão para Férias e Encargos		7.781	7.417
Contas a Pagar		3.824	3.452
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	11	3.625	21.255
Total do Circulante		61.516	71.468
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	2.222	2.873
Depósitos Judiciais		2.694	2.693
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	12	98.966	118.057
Retenções Contratuais		232	390
Total do não Circulante		104.114	124.013
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	13		
Capital Autorizado		2.806.418	2.806.418
Capital a Subscriver		(480.368)	(480.368)
Capital Integralizado		2.326.050	2.326.050
Capital Atualizado		2.326.050	2.326.050
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(262.828)	(206.789)
Ajustes Patrimoniais		(178.060)	4.877
Adiantamento para Aumento de Capital		130.763	31.561
Total do Patrimônio Líquido		2.015.989	2.155.763
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.181.619</b>	<b>2.351.244</b>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.





## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Expressa em R\$ mil)

		31.12.2019	31.12.2018
Receita Operacional Líquida	14	125.248	134.856
Custo dos Serviços Prestados	17	(141.829)	(70.244)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>(16.581)</b>	<b>64.612</b>
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	12 e 17	(38.337)	(88.217)
Receitas Financeiras		3.764	3.306
Despesas Financeiras		(753)	(766)
Vales Transporte não Remidos	11	1.198	-
Outras Receitas Operacionais	15	5.351	5.514
Outras Despesas Operacionais	16	(9.306)	(4.104)
Variações Monetárias Passivas		(551)	(2.222)
Baixa de bens do Ativo Permanente		(1)	-
Receita de Doações Bens Ativo Permanente		-	38
Indenizações de Seguros Recebidos		-	1
		(38.635)	(86.450)
<b>Prejuízo Operacional</b>		<b>(55.216)</b>	<b>(21.838)</b>
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(55.216)	(21.838)
Imposto de Renda		(617)	(1.370)
Contribuição Social sobre o Lucro		(206)	(434)
		-	-
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>(56.039)</b>	<b>(23.642)</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações</b>		<b>(0,02)</b>	<b>(0,01)</b>

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado			Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Autorizado	A Integralizar	Total					
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	2.459.418	(319.856)	2.139.562	64	95.506	4.877	(183.147)	2.056.862
Aumento de Capital Autorizado	347.000	(347.000)	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	-	186.488	186.488	-	(186.488)	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	122.543	-	-	122.543
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(23.642)	(23.642)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	2.806.418	(480.368)	2.326.050	64	31.561	4.877	(206.789)	2.155.763
Ajuste de Exercícios	-	-	-	-	-	(182.937)	-	(182.937)
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	99.202	-	-	99.202
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	(56.039)	(56.039)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	2.806.418	(480.368)	2.326.050	64	130.763	(178.060)	(262.828)	2.015.989

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Expressa em R\$ mil)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL</b>	<b>66.132</b>	<b>67.848</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	(56.039)	(23.642)
<b>Ajuste por Itens que não afetam o Caixa</b>		
Depreciação e Amortização	254.411	4.181
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	8.068	(2.703)
<b>Total</b>	<b>206.440</b>	<b>(22.164)</b>
<b>VARIAÇÕES DO ATIVO</b>		
Contas a Receber	(11.691)	(8.556)
Créditos Fiscais a Recuperar	(323)	(241)
Estoque	190	(36)
Créditos Diversos	288	184
Despesas Pagas Antecipadamente	(419)	204
<b>Total</b>	<b>(11.955)</b>	<b>(8.445)</b>
<b>VARIAÇÕES DO PASSIVO</b>		
Fornecedores	6.709	4.051
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	233	(517)
Provisão de Férias	364	(172)
Contas a Pagar	372	(885)
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	(118.056)	28.602
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	(17.630)	(5.122)
<b>Total</b>	<b>(128.008)</b>	<b>25.957</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>66.477</b>	<b>(4.652)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Depósitos Judiciais	3.451	(417)
Imobilizado	777.744	(119.891)
Intangível	(867.988)	(254)
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(86.793)</b>	<b>(120.562)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Fornecedores	(651)	(516)
Depósitos Judiciais	-	1.416
Retenção Contratual	(158)	55
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	98.966	-
Capital Autorizado	-	347.000
Capital a Subscrever	-	(160.512)
Ajuste Patrimonial	(182.937)	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	(186.488)
Aumento de Capital	99.202	122.543
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>14.422</b>	<b>123.498</b>
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	(5.894)	(1.716)
<b>SALDO FINAL DO DISPONÍVEL</b>	<b>60.238</b>	<b>66.132</b>

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

**DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

	<u>31.12.2019</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>%</u>
<b>RECEITAS</b>	<b>130.016</b>		<b>150.682</b>	
Vendas de Serviços	138.084		147.979	
Provisão para Créditos Duvidosos	(8.068)		2.703	
Outras Receitas e Despesas	-		-	
<b>INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(12.635)</b>		<b>(68.766)</b>	
Custo dos Serviços Prestados	(23.820)		(23.614)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	11.185		(45.152)	
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(69.926)</b>		<b>(3.652)</b>	
Depreciação, Amortização e exaustão	(69.926)		(3.652)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>47.455</b>		<b>78.264</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>10.312</b>		<b>8.859</b>	
Receitas Financeiras	10.312		8.859	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>57.767</b>		<b>87.123</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>57.767</b>		<b>87.123</b>	
Pessoal e Encargos	77.289	133,80	71.934	82,57
Impostos, Taxas e Contribuições	27.735	48,01	28.282	32,46
Juros e Aluguéis	8.782	15,20	10.549	12,11
Prejuízo do Exercício	(56.039)	(97,01)	(23.642)	(27,14)

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**  
(Expresso em R\$ mil)

<b>Nota</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(56.039)	(23.642)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	<b>(56.039)</b>	<b>(23.642)</b>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16.

Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

#### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as práticas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.



As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber e outros créditos; Nota 7 – Imobilizado, Nota 8 – Intangível e Nota 12 – Provisões para Contingência.

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

## 2.3. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

## 2.4. Reclassificações

Determinados montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Tais reclassificações não afetaram o resultado e o patrimônio líquido da Companhia e estão apresentados da seguinte forma:

	Saldos em 31 de dezembro de 2.018		
	Publicado	Ajustes	Reclassificado
<b>Passivo circulante</b>			
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	118.057	(118.057)	-
<b>Passivo não circulante</b>			
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	-	118.057	118.057

No Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 118.057 relativo às Provisões para Contingências (Cíveis e Trabalhistas) apresentados no passivo circulante foi reclassificado para o passivo não circulante.

## 3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

### 3.2 Instrumentos financeiros

#### a) Contexto geral

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua

aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### b) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

##### i) Custo amortizado

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

##### ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado.

##### iii) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

#### c) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizados ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

### 3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

### 3.4 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

### 3.5 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste – RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista. As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 7.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 6).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuível á aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

#### Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

### 3.6 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 7).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

### 3.7 Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *impairment*

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas

públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de *impairment* não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou o teste de avaliação do valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis e não encontrou indícios de *impairment* a serem registrados como provisão para perdas.

### **3.8 Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### **3.9 Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 10.

#### **a) Ativos contingentes**

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

#### **b) Passivos Contingentes**

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 98,966 mil em 31 de dezembro de 2019, conforme Nota Explicativa nº 10.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 5, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

### **3.10 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido**

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

#### **a) Imposto de renda e contribuição social corrente**

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não reconheceu o Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

### **3.11 Remuneração e encargos sociais**

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

### **3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **3.13 Receitas de contratos com clientes**

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

### **3.14 Resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

### **3.15 Estimativas e julgamentos contábeis relevantes**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações

contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

### 3.16 Novas normas e interpretações em vigor

Foram emitidas e aprovadas as novas normas contábeis pelo CPC, as quais já estão vigentes e a Companhia ainda não as adotou plenamente na preparação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, tendo em vista a necessidade de análises mais detalhadas acerca dos efeitos da adoção dessas novas normas contábeis.

Norma	Descrição/Exigências	Impactos/Transição
<p>CPC 06 Arrendamentos (IFRS 16)</p>	<p>Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes.</p> <p>Determina assim que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento.</p> <p>A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia ainda não concluiu sua avaliação sobre a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e o efeito sobre suas demonstrações contábeis.</p> <p>Preliminarmente não foi verificada a existências de contratos de locação/leasing e/ou arrendamento que estivessem subordinados plenamente aos requisitos da nova norma e ao enquadramento como arrendamento mercantil.</p> <p>Por outro lado, como Arrendador a Companhia possui contratos de locação e/ou sublocação de imóveis que em uma análise preliminar estão atendendo plenamente aos requisitos da norma. Não obstante, a Companhia pretende concluir de forma definitiva a análise pertinente à adoção do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2020.</p>



#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e Bancos	2.858	3.128
Aplicações Financeiras	57.380	63.004
<b>TOTAL</b>	<b>60.238</b>	<b>66.132</b>

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

#### 5. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

##### 5.1 Contas a Receber, líquidos.

	31.12.2019		31.12.2018	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	27.933	-	27.933	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	10.497	1.439	10.497	1.439
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo	12.197	-	-	-
Ressarcimento de Despesas	8.467	-	7.303	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	2.011	-	1.999	-
Monitoramento	191	-	191	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	1.532	-	1.277	-
Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda.	2.542	-	1.067	-
Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil	-	3.100	-	3.100
Outros Créditos	6.475	279	5.067	279
(-) Créditos Vencidos e não Recebidos	(14.041)	(1.718)	(9.555)	(1.718)
<b>TOTAIS</b>	<b>49.402</b>	<b>3.100</b>	<b>45.779</b>	<b>3.100</b>

O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trolebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos.

Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário.

A EMTU/SP em conjunto com o Ministério de Minas e Energia (MME), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e parceiros, desenvolve o projeto “Ônibus a Célula a Combustível Hidrogênio para Transporte Urbano no Brasil”.

Em 2012 foi transferida a titularidade de um ônibus protótipo para a EMTU/SP por meio do documento “Termo de Transferência de Titularidade de Bens” emitido pelo PNUD em conjunto com o MME, estando tal transferência de acordo com as disposições do respectivo **Documento de Projeto** firmado entre o **Governo da República Federativa do Brasil** e o **PNUD**.

Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 – Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.

Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 18,342 milhões (R\$ 13,253 milhões em 2018).

A Companhia mantém contabilizado, a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 19,041 milhões (R\$ 11,273 milhões em 2018). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais casos que compõem o saldo de PCLD de acordo com a classificação contábil são os seguintes:

Contas a receber de – clientes

<b>Cliente</b>	<b>Saldo contábil</b>
Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos	3.745.402,11
Tucuruvi Transportes e Turismo Ltda.	1.600.100,78
Markplan - Marketing, Planejamento E Propaganda Ltda	1.702.825,47
Viação Padre Eustáquio Ltda	786.743,77
Mobibrasil Transporte Diadema Ltda	618.268,48
D. G. Bombonieri Comercio de Alimentos Ltda - Me	358.663,52
Companhia de Gás de São Paulo - Comgas	653.463,79
E&C Mídia Ltda	137.493,84
Consórcio Intervias	454.662,50
Consortio Bus +	377.520,00
Consórcio Internorte De Transportes	363.190,00
Brasil Mídia Exterior S.A.	184.734,54
Francisco De Assis Araújo Camelo – Me	125.191,52
Consórcio Unileste	103.431,87
Prefeitura Municipal de Santos	140.175,15
Clientes Abaixo De R\$ 100.000	689.320,57
<b>Total PCLD Clientes</b>	<b>12.041.187,91</b>



## Contas a receber – Gerenciamento (RESEGE)

<b>Cliente</b>	<b>Saldo contábil</b>
Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos	1.807.885,05
Consórcio Interviás	351.293,59
Ava - Auto Viação Americana S/A	431.514,72
Empresa De Ônibus Vila Elvino Ltda	342.154,42
Independência Transporte Coletivo Ltda	117.853,09
Expresso Gardênia Ltda	23.482,43
Viação Cidade Verde Ltda	22.690,38
Eulálio Alves Do Nascimento Transportes-Me	10.959,42
Gercilio Neves Da Silva Transportes Me	10.553,94
Clientes Abaixo De R\$ 10.000	161.058,15
<b>Total PCLD Clientes</b>	<b>3.279.445,19</b>

## 5.2 Contas a receber vencidos e a vencer

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
A vencer	33.778	22.755
Vencidos até 3 meses	13.346	20.597
Vencidos acima de 3 meses	24.420	16.800
<b>TOTAL</b>	<b>71.544</b>	<b>60.152</b>

## 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Depósitos Judiciais – Justiça do Trabalho.	1.862	5.317
Depósitos Judiciais – Cíveis e Fiscais.	717	713
<b>TOTAIS</b>	<b>2.579</b>	<b>6.030</b>

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

## 7. IMOBILIZADO

	2019					2018
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.242	1.111	131	168
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	50	316.580	53.789	262.791	39.434
Edificações	1,1866% a 1,2400%	50	151.857	3.178	148.679	179
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	6.629	4.199	2.430	2.656
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.502	4.502	-	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	25	490.171	74.654	415.517	-
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	3.844	3.748	96	150
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.118	2.727	391	402
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	28.678	10.378	10.897
Imobilizações em Andamento	0%	-	404.063	-	404.063	2.087.832
Instalações	10%	10	1.525	1.403	122	55
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	2.773	8.110	10.282
<b>TOTAIS</b>			<b>1.433.470</b>	<b>180.762</b>	<b>1.252.708</b>	<b>2.152.055</b>

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

## ADOÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE – IFRS

O valor total de ajuste no Imobilizado e Intangível, decorrente da revisão dos critérios de depreciação dos ativos, foi de R\$ 4,877 milhões, contabilizados em 1º de janeiro de 2014 e evidenciados no Balanço Patrimonial e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2.019 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 404.063 (R\$ 2.087.832 em 2.018) referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2019	31.12.2018
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Obras em andamento – São Paulo	306.143	666.609
Obras em Andamento – Baixada Santista	53.516	1.027.014
Obras em Andamento – Campinas	41.779	391.584
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.552	1.552
<b>TOTAIS</b>	<b>404.063</b>	<b>2.087.832</b>

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

O referido trabalho resultou, até 31 de dezembro 2019, na transferência do montante de R\$ 905.883 milhões para o imobilizado em uso referente ao VLT Baixada Santista e das obras relativas aos corredores metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Campinas e Baixada Santista, que já possuem trechos em operação e R\$ 867.930 milhões, para o ativo intangível relacionado aos corredores metropolitanos.

A movimentação das obras em andamento realizadas durante o exercício de 2019 está assim apresentada:

Descrição	Saldo 31.12.2018	Adições	Transferências	Baixas	Saldo 31.12.2019
Obras em Andamento – São Paulo	666.609	39.481	399.754	193	306.143
Obras em Andamento – Baixada Santista	1.027.014	27.231	1.000.729	-	53.516
Obras em Andamento – Campinas	391.584	23.537	373.330	12	41.779
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.073	-	-	-	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	1.552	-	-	-	1.552
<b>Total</b>	<b>2.087.832</b>	<b>90.249</b>	<b>1.773.813</b>	<b>205</b>	<b>404.063</b>

Em decorrência das transferências acima demonstradas, durante o exercício de 2019 foi contabilizado o montante de R\$ 118,926 milhões relativo à depreciação dos bens transferidos para o ativo imobilizado em uso, sendo que desse montante R\$ R\$ 86,746 milhões foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 32,180 milhões no resultado do exercício.

### 7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – *impairment test*

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia procedeu com o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados.

O modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais. Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

### 7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil. Para fins dessa análise, a companhia constituiu uma comissão interna assessorada por consultores externos para a realização do estudo da expectativa de utilização dos bens, e a estimativa de vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos. O valor justo apurado não difere significativamente do valor justo que o imobilizado possui em 31 de dezembro de 2.019.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

<u>A partir de janeiro de 2019</u>		<u>Até dezembro de 2019</u>	
		Estimada	Definida
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Maquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar.	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

## 8. INTANGÍVEL

	2019					2018
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	5.623	5.307	316	374
Marcas e Patentes	-	-	9	-	9	9
Projetos Desenvolvimento Sistema Trólebus <sup>e</sup>	5%	20	17.067	17.067	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	464	-	464	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	2.050	435	1.615	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	50	961.393	152.182	809.211	73.974
<b>TOTAIS</b>			<b>986.606</b>	<b>174.991</b>	<b>811.615</b>	<b>76.436</b>

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

Em decorrência das transferências demonstradas na Nota Explicativa nº 7, durante o exercício de 2019 foi contabilizado o montante de R\$ 131,131 milhões relativo à amortização dos custos com corredores metropolitanos transferidos para o ativo intangível, sendo que desse montante R\$ R\$ 96,414 milhões foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 34,717 milhões no resultado do exercício.

### 8.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis – *impairment test*

A Companhia não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2019 e de 2.018, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados e intangíveis.

Ademais, conforme mencionado anteriormente, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais. Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível (Corredores Metropolitanos) ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

## 9. FORNECEDORES

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	485	1.884	595	2.532
CMT	15.911	-	21.332	-
Serviço Especial - Ligado	12.154	-	-	-
Remição/Remição RTO/Senior	2.148	-	3.587	-
Programa Passe Livre	922	-	356	-
Porto Seguro	2.633	-	1.177	-
TB	476	-	570	-

Noxxon	233	-	215	-
Ame	249	-	240	-
Metra Sistema Metropolitano	9	-	307	-
Benner	26	-	33	-
Bus+	1.574	-	1.034	-
SPTrans	220	-	222	-
Sodexo	318	-	303	-
Ticket	127	-	121	-
Outros	3.468	338	2.706	341
<b>TOTAIS</b>	<b>39.508</b>	<b>2.222</b>	<b>32.798</b>	<b>2.873</b>

## 10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2019	31.12.2018
IRRF a recolher	1.546	1.391
ISS retido na fonte a recolher	178	127
PASEP a recolher	147	178
COFINS a recolher	679	823
INSS retido na fonte a recolher	232	160
Retenção CPRB a recolher	112	159
<b>Total obrigações fiscais</b>	<b>2.894</b>	<b>2.838</b>
Salários e ordenados a pagar	1.595	1.476
Pensão alimentícia a pagar	33	29
Honorários da diretoria a pagar	118	86
Rescisões a pagar	11	32
INSS a recolher	1.547	1.483
FGTS a recolher	407	389
Mensalidade sindical	1	1
Verba de sucumbência a pagar	22	26
Empréstimo consignado a pagar	150	186
<b>Total encargos sociais e trabalhistas</b>	<b>3.884</b>	<b>3.708</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>6.778</b>	<b>6.546</b>

## 11. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	31.12.2019	31.12.2018
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	3.625	21.255

O valor de R\$ 3.625 (R\$ 21.255 em 2018) refere-se a recebimentos relativos à comercialização pela EMTU/SP de Vales Transporte faciais, conforme Lei Federal nº 7.418/85 que criou o Vale-Transporte e mediante a Resolução STM nº 083/07, da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, que incumbiu por delegação a EMTU/SP de administrar, operacionalizar e emitir os VT's, e de convênios com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, entre outros.

No exercício de 2018 entrou em operação a bilhetagem eletrônica na Região Metropolitana de Campinas, motivo pelo qual a Companhia procedeu ao encerramento total dos Vales Transportes faciais, sendo assim, foi registrada uma receita de vales transportes em trânsito não retornados no montante de R\$ 1.198 milhões

## 12. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2019	31.12.2018
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Trabalhistas	792	10.078
Cíveis e Fiscais	98.174	107.979
<b>TOTAIS</b>	<b>98.966</b>	<b>118.057</b>

## 12.1 Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 183 processos de natureza trabalhista.

Até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências trabalhistas, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, cujo valor era determinado em função da análise do risco jurídico (Provável, Pouco Provável e Remoto) na proporção de 100%, 50% e 20% respectivamente, podendo haver pequenas variações por conta de características individuais de cada ação.

No entanto, a partir do exercício de 2019, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício de 2019, está assim apresentada:

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2.018	10.078
Adições	-
Liquidações e/ou baixas	(2.557)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	(6.729)
<b>TOTAIS</b>	<b>792</b>

Conforme demonstrado, houve reclassificações durante o exercício de 2019, principalmente a partir do trimestre findo em 30 de setembro 2019, relativas ao risco jurídico apresentado. Porém, os montantes das causas não sofreram variações significativas, exceto quanto à contabilização dos valores que passaram a ser registrados com base no risco jurídico ALTO ou PROVÁVEL, com divulgação das ações classificadas como risco jurídico POSSÍVEL, conforme Nota Explicativa nº 12.3.

## 12.2 Processos Cíveis e fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 166 processos de natureza cível. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, indenizações por dano material e moral.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, cujo valor era determinado em função da análise do risco jurídico (Alto, Médio e Remoto) na proporção de 100%, 50% e 20% respectivamente, podendo haver pequenas variações por conta de características individuais de cada ação.

No entanto, a partir do exercício de 2019, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

A movimentação das ações cíveis e tributárias durante o exercício de 2019 está assim apresentada:

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2.018	107.979
Adições	277
Liquidações e/ou baixas	(801)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	(9.281)
<b>TOTAIS</b>	<b>98.174</b>

Conforme demonstrado, houve reclassificações durante o exercício de 2019, principalmente a partir do trimestre findo em 30 de setembro 2019, relativas ao risco jurídico apresentado. Porém, os montantes das causas não sofreram variações significativas, exceto quanto à contabilização dos valores que passaram a ser registrados com base no risco jurídico ALTO ou PROVÁVEL, com divulgação das ações classificadas como risco jurídico POSSÍVEL, conforme Nota Explicativa nº 12.3.

#### Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

- SINFRET: Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo – SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução;
- Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II: constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4,919 milhões referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP;
- Consórcio Ferreira Guedes – Araguaia: Ação movida no valor de R\$ 17,473 milhões que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual;
- Consórcios INTERVIAS, ANHANGUERA, INTERNORTE e UNILESTE: A provisão constituída durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 10,264 milhões, se refere à ação que questiona suposta retenção de valores no ressarcimento das gratuidades dos benefícios do Sênior Paulista (Lei Estadual nº 15.187/2013) e do Passe Livre (Lei Estadual nº 15.692/2015), quando dos pagamentos realizados em maio/2018 para a compensação de valores devidos em favor da EMTU/SP a título de Parcela “A” do ressarcimento, pelo não reajuste tarifário em janeiro de 2014 (Processo STM nº 503/2014), classificado como risco alto em detrimento da matéria e de decisões judiciais favoráveis aos Consórcios. Em 31 de dezembro de 2019, o valor dessa provisão é de R\$ 6.000 milhões;
- Consórcio Corredor 4 Guarulhos: A provisão que foi constituída durante o exercício de 2018 estava apresentada no montante de R\$ 4.063 milhões e posteriormente atualizada para R\$ 3,507 milhões em 2019, trata-se de ação de indenização por acréscimo de despesas suportadas pela autora em razão da prorrogação contratual e pela supressão contratual acima do limite previsto em lei;



- Consórcio Corredor 4 Itapevi: Provisão constituída no montante de R\$ 5,762 milhões relativa a multas e descumprimentos contratuais e cobrança por serviços não pagos por ausência de previsão contratual, perdas e danos. Ação julgada procedente para condenar a ré ao pagamento de R\$ 5.438 milhões (Agosto/2012) acrescidos de correção monetária, além de indenização por lucros cessantes em razão da rescisão contratual, que deverão ser apurados na fase de liquidação.

### 12.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Trabalhistas	5.767	8.007
Cíveis e Fiscais	18.375	15.918
<b>TOTAIS</b>	<b>24.142</b>	<b>23.925</b>

### 13.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 232.604.990.561 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 2019 o valor de R\$ 2.326.049.905,61 (Idem em 2018), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 183.159.962,99 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível conforme Notas Explicativas nº 7 e 8.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2019, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 130.762.922,69 (R\$ 31.561.230,33 em 31.12.2018) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

d) Lucro (prejuízo por ação) - O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

e) Destinação do resultado e dividendos – O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou prejuízo líquido em suas demonstrações contábeis e por isso em 2020, a Administração da Companhia indicou à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que não fossem pagos dividendos ou juros sobre capital próprio.

### 14.RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Receita com taxas e tarifas – operação do sistema e Trólebus	4.752	4.500
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão – Regiões Metropolitanas	43.292	50.905
Gerenciamento e Multa – Concessão	76.560	73.769

Receitas com locação e sublocação de imóveis	8.396	8.032
Carteira Transporte Escolar Metropolitano	4.125	4.216
Receitas diversas <sup>(a)</sup>	959	6.557
<b>SUBTOTAL</b>	<b>138.084</b>	<b>147.979</b>
<b>DEDUÇÕES E IMPOSTOS</b>		
Impostos sobre a receita bruta <sup>(b)</sup>	(12.836)	(13.123)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>125.248</b>	<b>134.856</b>

- a) Em 31 de dezembro de 2.019 inclui o montante de R\$ 573 (R\$ 6.143 em 2018), referente à reversão e recebimento de perdas esperadas na realização de créditos com clientes (reversão da PCLD);
- b) Inclui o montante de R\$ 2.290 (R\$ 2.341 em 2018) e R\$ 10.546 (R\$ 10.782 em 2018), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.

## 15. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 5.351 registrado em 2019 como outras receitas operacionais, R\$ 5.187 se refere ao ressarcimento de gastos com Terminais e Outros.

## 16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 9.306 (R\$ 4.104 em 2018), registrado como outras despesas operacionais, R\$ 8.641 (R\$ 3.440 em 2018) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, apurada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2.019.

## 17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31.12.2019	31.12.2018
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
Pessoal	49.664	45.541
Materiais	711	954
Utilidades e serviços	21.845	20676
Depreciação e amortização	69.438	2913
Gastos gerais	171	160
<b>SUBTOTAL</b>	<b>141.829</b>	<b>70.244</b>
<b>DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>		
Pessoal	42.548	40.481
Materiais	209	178
Utilidades e serviços	10.416	11662
Depreciação e amortização	487	739
Gastos gerais	126	109
Provisões contingenciais	(15.449)	35048
<b>SUBTOTAL</b>	<b>38.337</b>	<b>88.217</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>180.166</b>	<b>158.461</b>

## 18. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2019, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

### Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

### Gratuidade – Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado.

### Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica “Contas a Receber e Outros Créditos” no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

### Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, e está limitada à remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

### Convênio SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando

assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

#### Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 estão identificados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
<b>Disponibilidades e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	60.238	66.132
Contas a receber de clientes	49.402	45.779
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	39.508	32.798
Contas a pagar	3.824	3.452
Recebimentos antecipados	3.625	21.255

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

- b) Crerios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

Gerenciamento de Risco - As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

- Risco de Liquidez – é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos á vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto o Parcelamento REFIS e a dívida relacionada ao ICMS sobre tração, são exigíveis em curto prazo.
- Risco de Crédito – decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

## **21.EVENTOS SUBSEQUENTES**

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

**Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP**

São Bernardo do Campo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista à relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.



## Valor recuperável do ativo imobilizado e intangível - Notas Explicativas nº 7 e 8

A Companhia mantém um saldo líquido de Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, nos montantes de R\$ 1.252.708 e R\$ 811.615 respectivamente. Parte significativa desses saldos foram contabilizados como ativo imobilizado em uso e ativo intangível durante o exercício de 2019, decorrente da transferência de diversos ativos classificados anteriormente como Ativo Imobilizado em Andamento, os quais já haviam entrado em operação.

Conforme Notas Explicativas nº 7.1 e 8.1, a avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - *impairment*, a recuperabilidade desses ativos não se baseia unicamente em análises e projeções de fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de mercado na data de preparação das demonstrações contábeis, uma vez que o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequente de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais, cujos investimentos realizados pela EMTU/SP nos ativos acima discriminados ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxo de caixa futuros e de algumas premissas, como as taxas de desconto e crescimento, além da relevância dos efeitos dessas operações nas Demonstrações Contábeis da Companhia e das particularidades que envolvem tais ativos que são base para avaliação do seu valor recuperável, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos sobre a valorização dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia, incluindo aqueles que visam identificar a necessidade de se constituir ou reverter um *impairment*; (b) avaliação das premissas e estimativas da Companhia para determinar o valor recuperável dos seus ativos, incluindo aqueles relacionados aos investimentos realizados por meio de aporte de Capital do Governo do Estado de São Paulo - acionista majoritário; e, (c) avaliação da adequação da divulgação em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor justo, líquido dos custos de venda, nos casos aplicáveis.

## Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa nº 12

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.

Ademais, durante o exercício de 2019 houve adequação dos processos de classificação do risco jurídico de perda das ações que compõem as referidas



provisões, com efeitos significativos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2.019, principalmente relacionados a ações trabalhistas.  
Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

## **Ênfase**

### **Transferências do ativo imobilizado em andamento**

Chamamos a atenção ao descrito nas notas explicativas nº 7 e 8 às demonstrações contábeis, relativas ao Ativo Imobilizado e ao Ativo Intangível que em 31 de dezembro de 2019 apresenta o saldo líquido das depreciações e amortizações acumuladas de R\$ 1,252 bilhões (R\$ 2,152 bilhões em 2018) e R\$ 811,6 mil (R\$ 76,436 mil em 2018), respectivamente. Conforme descrito nas respectivas notas explicativas, durante o exercício de 2019 foi iniciado e concluído parte do levantamento para transferência do Imobilizado em Andamento para o Ativo Imobilizado em Uso e para o Ativo Intangível, sendo que o referido levantamento resultou na transferência do montante de R\$ 905,883 milhões para o Ativo Imobilizado em Uso e R\$ 867,930 milhões para o Ativo Intangível, referentes ao VLT da Baixada Santista e demais obras das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixa Santista, totalizando o montante de R\$ 1,773 bilhões. Em decorrência desses ajustes a Companhia registrou o montante de R\$ 118,926 milhões relativos à depreciação sobre o Ativo Imobilizado e R\$ 131,131 milhões relativos à amortização sobre o Ativo Intangível, totalizando o montante de R\$ 250,057 milhões. Desse montante o valor de R\$ 183,160 milhões foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores e R\$ 66,897 milhões foi contabilizado no resultado do exercício de 2019, tendo em vista que, em que pese a conclusão do levantamento tenha ocorrido somente durante o exercício de 2019, a operação dos trechos das referidas obras tiveram início a partir de Janeiro de 2016. Com exceção aos ativos acima referidos, as demais obras que compõem o Ativo Imobilizado em Andamento da Companhia ainda se encontram em fase de execução e, portanto, serão transferidas para o Ativo Imobilizado em Uso tão logo sejam concluídas. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações

significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2.020.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR Nº 3.942/O-6  
CVM 519/3

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA  
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ  
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE  
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0  
CNAI 6254

## BALANÇO SOCIAL

### 31 de Dezembro de 2019 e 2018

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

### COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

<b>INDICADORES DE TREINAMENTO</b>	<b>31.12.2019</b>		<b>31.12.2018</b>	
<b>PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>HOMEM/HORA</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>HOMEM/HORA</b>
Integração	97	1,45	100	1,35
Aperfeiçoamento Profissional	-	-	5	30
Especialização e Atualização	108	11,94	30	2,23
Capacitação e Reciclagem	139	9,96	164	11,01
Eventos	190	0,01	153	0,05
<b>TOTAL – INDICADORES DE TREINAMENTO</b>	<b>534</b>		<b>452</b>	
<b>INDICADORES DE TREINAMENTO</b>	<b>31.12.2019</b>		<b>31.12.2018</b>	
Número de Cursos	20		65	
Empregados Treinados	534		452	
<b>INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)</b>	<b>58</b>		<b>69</b>	

<b>INDICADORES SOCIAIS</b>	<b>31.12.2019</b>		<b>31.12.2018</b>	
<b>NATUREZA DE ATENDIMENTO</b>	<b>EMPREGADOS</b>	<b>NÃO EMPREGADOS</b>	<b>EMPREGADOS</b>	<b>NÃO EMPREGADOS</b>
<b>SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO</b>	<b>542</b>	<b>0</b>	<b>505</b>	<b>0</b>
Exame Admissional	17	-	10	-
Exame Demissional	25	-	19	-
Exame Periódico	500	-	476	-
Atendimento Ambulatorial	-	-	-	-
<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>40</b>	<b>22</b>	<b>64</b>	<b>21</b>
Licença Maternidade	3	-	4	-
Licença Paternidade	2	-	7	-
Visita Social / Assistencial	6	1	9	2
Auxílio Doença	9	-	13	-
Retorno ao Trabalho	5	-	11	-
Nascimentos	5	-	11	-
Falecimentos	3	21	1	15
Apoio – atendimento interno e externo	6	-	7	3
Dependência Química/outros	1	-	1	1
<b>QUALIDADE DE VIDA</b>	<b>245</b>	<b>117</b>	<b>240</b>	<b>0</b>
Vacinação anti-gripal	245	117	240	-
<b>SEGURANÇA DO TRABALHO</b>	<b>561</b>	<b>333</b>	<b>390</b>	<b>328</b>
Número de Acidente de Trabalho	7	-	7	-
Treinamento de Desfibrilador externo	-	-	45	7
Treinamento de Primeiros Socorros	83	35	76	35
Treinamento de Combate a Incêndio	83	35	76	35
SIPAT	367	260	165	248
CIPA	21	3	21	3
<b>TOTAL – INDICADORES SOCIAIS</b>	<b>1.388</b>	<b>472</b>	<b>1.199</b>	<b>349</b>

### **COMPROMISSO COM A SOCIEDADE**

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

## MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

1. BASE DE CÁLCULO		
	31.12.2019 (R\$ mil)	31.12.2018 (R\$ mil)
Receita Líquida (RL)	125.248	134.856
Resultado Operacional (RO)	15.240	23.641
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	73.788	67.468

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.902	6,64	3,91	4.722	7,00	3,50
Encargos Sociais Compulsórios	16.399	22,22	13,09	15.444	22,89	11,45
Saúde	13.533	18,34	10,80	12.157	18,02	9,01
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	123	0,17	0,10	116	0,17	0,09
Auxílio Creche	134	0,18	0,11	142	0,21	0,11
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	46	0,06	0,04	75	0,11	0,06
Outros	883	1,20	0,71	868	1,29	0,64
<b>TOTAL – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>	<b>36.020</b>			<b>33.524</b>		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES	2.726	17,89	2,18	2.643	11,18	1,96
Serv. Especial Ligado – SEE	365	2,40	0,29	379	1,60	0,28
Outros	321	2,11	0,26	312	1,32	0,23
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>3.412</b>			<b>3.334</b>		
Tributos (excluídos encargos sociais)	14.699			15.963		
<b>TOTAL – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	<b>18.111</b>			<b>19.297</b>		

## COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS						
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.636	10,73	1,31	1.596	6,74	1,18



<b>5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>		
	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Nº de empregados ao final do período	501	508
Nº de admissões durante o período	17	10
Nº de demissões durante o período	25	19
Nº de diretores <sup>(1)</sup>	3	3
Nº de empregados terceirizados requisitados	6	7
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) <sup>(2)</sup>	303	331
Nº de estagiários	92	79
Nº de jovem cidadão	0	13
Nº de aprendiz	17	15
Nº de empregados acima de 45 anos	343	344
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	6	8
Efetivos por sexo: Homens <sup>(3)</sup>	400	407
Mulheres	219	202
Efetivos por tempo de serviço – média/ano <sup>(3)</sup>	12	12
Efetivos por faixa etária – média/ano <sup>(3)</sup>	45	45
% de cargos de chefias ocupados por mulheres <sup>(4)</sup>	23,08%	22,64%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa <sup>(3)</sup>	142	146
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos <sup>(4)</sup>	3,85%	3,77%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	3	4
Número de portadores de deficiência/necessidades especiais	4	4
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	9,9%	9,9%

Observações:

- (1) Número de diretores nomeados.  
 (2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP.  
 (3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários, jovem cidadão e aprendiz.  
 (4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

<b>Áreas</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Locação de veículos auxiliares:	76	72
Manutenção Predial e Jardinagem	30	40
Portaria:	50	65
Limpeza:	27	34
Copeiragem:	4	4
Vigilância / Segurança:	65	70
Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs	36	36
Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME):	9	3
Gerenciamento de Obras	3	4
Malote e Mov. Correspondências:	3	3
<b>Total</b>	<b>303</b>	<b>331</b>

<b>6. INFORMAÇÕES RELEVANTES</b>		
	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla: <sup>(1)</sup>	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	Na empresa : 17.155 No Procon: 38 Na justiça: 111	Na empresa: 17.358 No Procon: 56 Na justiça: 99
% de reclamações e críticas atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

<b>ATENDIMENTO DA OUVIDORIA</b>	<b>31.12.2019</b>		<b>31.12.2018</b>	
<b>Região Metropolitana de São Paulo</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Total de Ligação Recebida</b>	<b>128.645</b>	<b>100</b>	<b>131.845</b>	<b>100</b>
Informação	113.367	88,12	117.466	89,09
Reclamação	13.915	10,82	13.285	10,08
Sugestão	1.093	0,85	895	0,68
Elogios	270	0,21	199	0,15
<b>Região Metropolitana da Baixada Santista</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Total de Ligação Recebida</b>	<b>5.636</b>	<b>100</b>	<b>4.899</b>	<b>100</b>
Informação	3.977	70,57	3.657	74,65
Reclamação	1.425	25,28	1.097	22,39
Sugestão	194	3,44	108	2,20
Elogios	40	0,71	37	0,76
<b>Região Metropolitana de Campinas</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Total de Ligação Recebida</b>	<b>4.567</b>	<b>100</b>	<b>5.503</b>	<b>100</b>
Informação	3.249	71,15	2.926	53,17
Reclamação	1.178	25,79	2.432	44,19
Sugestão	113	2,47	131	2,38
Elogios	27	0,59	14	0,25
<b>Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Total de Ligação Recebida</b>	<b>2.944</b>	<b>100</b>	<b>2.874</b>	<b>100</b>
Informação	2.607	88,55	2.529	88,00
Reclamação	288	9,78	290	10,09
Sugestão	45	1,53	54	1,88
Elogios	4	0,14	1	0,03

<b>Região Metropolitana de Sorocaba</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Total de Ligação Recebida</b>	<b>2.256</b>	<b>100</b>	<b>1.587</b>	<b>100</b>
Informação	1.837	81,42	1.281	80,72
Reclamação	349	15,47	254	16,01
Sugestão	66	2,93	51	3,21
Elogios	4	0,18	1	0,06

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	48,01% Governo (97,01%) Acionistas 133,8% Colaboradores 15,20% Terceiros %	32,46% Governo (27,14%) Acionistas 82,57% Colaboradores 12,11% Terceiros %

Observação:

(1) PLR prevê a participação de todos os empregados nos resultados da empresa.

## RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Ilmos. Srs.  
Diretores e Acionistas da  
**Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP**  
São Bernardo do Campo - SP

### Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da administração da EMTU/SP

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - *Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguarção para obter asseguarção razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2019, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

**Os procedimentos aplicados compreenderam:**

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2019;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2019; e
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social 2019 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

**Alcance e limitações**

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2019 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

### **Conclusão**

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Curitiba, 12 de fevereiro de 2.020.

BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRC-PR Nº 3.942/O-6  
CVM 519/3

EDICLEI CAVALHEIRO DE ÁVILA  
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ  
CNAI 5344

KARINI LETÍCIA BAZZANEZE  
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0  
CNAI 6254

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2019, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balancetes e, ainda, no pronunciamento favorável dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembléia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2020.

# **RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMTU REFERENTE ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE 2019**

Aos Conselheiros de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU

## **1. INTRODUÇÃO**

Em complemento ao relatório do Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD apresentado na reunião do Conselho de Administração de 30 de janeiro de 2020, apresentamos o relatório específico sobre as informações contábeis referentes ao exercício social de 2019.

O COAUD da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. é um órgão estatutário composto por cinco membros atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto/SP 62.349/16 e aos Estatutos Sociais da EMTU.

Conforme o parágrafo 3º do art. 24 da Lei n. 13.303/16, o COAUD deverá se reunir de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

As funções do COAUD são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Em 2019 o COAUD reuniu-se em 24 (vinte e quatro) reuniões ordinárias na sede da Companhia. As reuniões envolveram profissionais e responsáveis por vários departamentos da companhia, bem como, ocorreram outras reuniões específicas, notadamente, com a Área de Auditoria Interna (AUD) e a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI).

O COAUD analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços e das notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2019, inclusive trimestralmente.

De acordo com o inciso II, do parágrafo 3º do art. 9º da Lei 13.303/16, a auditoria interna deverá ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras. Dessa forma, o COAUD recomendou à AUD que procedesse ao respectivo trabalho que foi efetuado em conjunto com a firma de auditoria externa. O respectivo relatório indicou algumas sugestões de melhorias e investimentos em



recursos humanos que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia.

O COAUD analisou as informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da Auditoria Independente, a qual não detectou qualquer fato relevante que mereça ser reportado ao Conselho de Administração. O relatório da Auditoria Independente foi elaborado pela firma BAZZANEZE Auditores Independentes S.S sem modificações, datado de 12 de fevereiro de 2019, de acordo com as normas aplicáveis ao trabalho de auditoria externa independente.

Destacamos que os auditores independentes incluíram no respectivo Relatório uma ênfase tratando do tema “Transferências do ativo imobilizado em andamento” cujo ajuste totaliza R\$ 1,7 bilhão de ajustes para ativo imobilizado em uso e ativo intangível com efeito patrimonial de R\$ 250 milhões referentes aos efeitos da depreciação e amortização, tanto em 2019 quanto em anos anteriores. Uma ênfase não modifica a opinião do auditor independente.

O referido tema foi objeto de ressalva nos Relatórios do COAUD referentes aos períodos anteriores. Com a regularização dos saldos e seus respectivos registros, o presente relatório é emitido sem ressalvas.

Os auditores independentes passaram a incluir no seu relatório os Principais Assuntos de Auditoria (PAA), que se referem a assuntos significativos e como foram conduzidos pela auditoria externa. Os assuntos destacados foram o valor recuperável do ativo imobilizado e intangível e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas.

Ao longo do exercício de 2019, o COAUD efetuou diversas sugestões de melhorias de controles e de auditoria interna e reportou periodicamente ao Conselho de Administração sobre o andamento de seus trabalhos. Ressaltamos a melhoria da qualidade e detalhamento das informações contidas nas Demonstrações Contábeis em comparação aos anos precedentes.

### **3. CONCLUSÕES**

O COAUD considera que os assuntos pertinentes às suas competências que lhes foram dados a conhecer no curso de suas atividades não afetam as informações contábeis da EMTU em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, o COAUD recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis da EMTU para 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2019 e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e do Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e Balanço Social. Baseados nesse exame e nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, os Membros do Conselho de Administração são de parecer que essas peças, refletindo a situação das Contas da Empresa na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente:	DANILO FERREIRA GOMES
Conselheiros:	MARCO ANTONIO ASSALVE PAULO DE MAGALHÃES BENTO GONÇALVES CLÁUDIA POLTO DA CUNHA FELISSA SOUSA ALARCON GUSTAVO DE MAGALHÃES GAUDIE LEY
Conselheiros Independentes:	REINE ANTÔNIO BORGES MARIA CRISTINA ALVARENGA TAVEIRA
Conselheiro Representante dos Empregados:	LAÉRCIO BASÍLIO DA LUZ FILHO
CONSELHO FISCAL	
Membros:	CARLOS EDUARDO ESPOSEL BRUNO RIBEIRO DA ROCHA JÉSSICA SOUZA DE BRITO JOSÉ LUIZ GAVINELLI
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Coordenador:	REINE ANTÔNIO BORGES
Membros:	ANDRÉ DE ARAUJO SOUZA CARLOS HENRIQUE LACATIVA NATÁLIA REGINA PINHEIRO QUEIROZ MOACIR VIEIRA SERODIO FILHO
DIRETORIA	
Diretor- Presidente:	MARCO ANTONIO ASSALVE
Diretor Administrativo e Financeiro:	GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor de Gestão Operacional:	FRANCISCO EIJI WAKEBE
VERA APARECIDA PIFFER Contadora CT-CRC-SP 1SP 145.904/O-2	